

MITOS E RITOS DE SER PROFESSOR: PAIDÉIA E UNIVERSIDADES

ANTONIO GERMANO MAGALHÃES JUNIOR

A desvalorização por atacado da vida na nossa cultura através da violência, do crime e das dependências químicas, assim como o declínio na ética pública e privada, são uma indicação do enfraquecimento do nosso respeito pelo mito. O estabelecimento e a manutenção de um código moral amplamente difundido são as funções mais importantes do mito. (BIERLEIN, 2003, p. 38)

Muitas vezes sou questionado por alguns colegas com perguntas que não sei bem porque chegam aos meus ouvidos, algumas vezes de forma preocupada, irônica e até risinha. São expressões humanas construídas dependendo das situações que as cercam e influenciam. O objetivo deste ensaio é contribuir na reflexão histórica sobre o que representa o professor na sociedade, procurando relacioná-lo com seu processo formativo. Não pretendemos, neste limitado número de linhas, discorrer na tentativa de escrever uma história total (LE GOFF, 1996). Procuraremos fazer alguns cortes temporais que poderão auxiliar aqueles que investigam o que é ser professor e como este profissional é visto na sociedade em que atua. Este ensaio não é desinteiriçado, possui endereço certo, o objetivo é realizar questionamentos, utilizando o ofício de historiar, para ajudar a interpretar a formação do professor. Não procuramos trazer respostas particularistas, mas questionaremos, sugerindo possibilidades interpretativas que poderão auxiliar nas tomadas de decisões sobre a formação de professores.

A pergunta que mais tenho escutado ultimamente se refere ao que aconteceu com o professor em relação ao status que tinha na sociedade. Primeiramente procurei indagar porque eu seria fonte de resposta para este tipo de questionamento. Surgiram afirmações que sugeriam a minha formação de historiador da educação como símbolo de autoridade para falar do assunto. Parece que algumas pessoas acreditam que os historiadores podem, estudando o passado, explicar o presente. Não sou adepto destas idéias, mas acredito podemos melhor compreender as ações humanas estudando seu cotidiano através do tempo (LE GOFF, 1996).

Devemos ter consciência de que existe mutabilidade das ações humanas no tempo e nos espaços em que elas ocorrem. O status de uma profissão vai se diferenciar conforme as tramas constituintes do tempo histórico em que está inserida. No mesmo tempo histórico podemos encontrar status diferenciado dependendo do agrupamento social que estejamos investigando. As perguntas dos meus colegas, muitos deles professores, parecem transpirar um sentimento de saudosismo de um tempo que eles mesmos não viveram. Devido à insistência da temática em diferentes rodas de conversa começou a surgir o interesse de investigar o assunto. Certamente não poderia realizar uma reflexão tentando envolver “toda” a história, necessária a escolha e o corte neste momento de investigação. As escolhas devem estar sujeitas a motivos que possam justificar os cortes. Resolvi debruçar meu olhar reflexivo/interpretativo a dois momentos distintos das ações humanas no tempo.

Quando mencionamos a educação e a cultura ocidental surgem logo as declarações da influência dos gregos na formação do cotidiano ocidental. Civilização que contribuiu não somente através dos compêndios de filosofia, da arquitetura majestosa e dos exercícios de democracia. Civilização que representada como modelo de “berço” civilizador constituiu-se símbolo de verdade e referência de cultura.

Quando mencionamos o termo formação de professores, lembramos das universidades. O modelo de universidade que marcou a educação ocidental se constituiu nos séculos XII e XIII (LE GOFF, 2003). Não podemos nos furtar de investigarmos como se constituiu o ato de formar professores nos estabelecimentos educacionais que representaram para o ocidente o modelo de local do saber, logo fonte de verdade e poder.

Serão dois momentos distintos transpassados pelo olhar investigativo/interpretativo de pedagogo/historiador. Procuraremos demonstrar que havia práticas cotidianas e particulares na atuação, escolha e formação dos professores. Demonstraremos a constituição da trama, como afirma Veyne,

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científi-

ca" de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, Guerra e Paz ou Antônio e Cleópatra. (1998, p. 42).

A história humana se constitui como trama, enlace de acontecimentos que possuem múltiplos sentidos e que as relações de poder amarram estes enlaces possibilitando múltiplos feixes com fluxos descontínuos, variando de direção dependendo das relações que se constituem a cada novo instante. São pulsões que representam as vontades humanas em disputa com interesses outros que tentam exercitar também suas vontades. Somos múltiplos e em constante disputa pelos interesses que nos fazem exercer nossas forças desejantes, usando de ferramentas de poder para conquistarmos nossas vontades.

Quando estivermos historiando/interpretando os dois momentos citados anteriormente procuraremos demonstrar que a prática cotidiana de ser e formar professores, estava envolta em exercícios de construção e propagação de modelos de verdade, ação esta constituída através de mitos e ritos fundadores e multiplicadores de um tempo que se exercia e pulsava através dos seres humanos com seus desejos e verdades. Busca compreender como se exercia a verdade, os mitos e os ritos no cotidiano de ser professor.

Surge a indagação inicial: precisamos de mitos, ritos e verdades?

A questão de saber se as fábulas têm um conteúdo autêntico nunca se coloca em termo positivo: para saber se Minos existiu, primeiramente é preciso decidir se os mitos são apenas relatos vãos ou a história alterada; nenhuma crítica positivista consegue dar conta da fabulação e do sobrenatural. Então, como se pode deixar de crer em lendas? Como é que se deixou de acreditar em Teseu, fundador da democracia ateniense, em Rômulo, fundador de Roma, e na historicidade dos primeiros séculos da história romana? Como é que se deixou de acreditar nas origens troianas da monarquia franca?. (VEYNE, 1984. p. 12).

A relação existente entre as práticas cotidianas exercitadas pelos seres humanos no tempo está acompanhada dos discursos de verdade. Imaginemos um ato cênico em que alguém represente o transmissor do saber. O cenário se passa em um local construído com detalhes arquitetônicos especialmente destinados a diferenciar de outros que não estão destinados para abrigar os que procuram o caminho do conhecimento, percurso que representa saber mais, poder explicar, ser diferente daqueles que não compreendendo a verdade não possuem o poder do conhecer. Um local de busca, culto, transmissão e exercício do poder da verdade. Os discursos se constituem ferramentas e são espaços de disputa de poder/saber que marcaram, marcam e marcarão as ações humanas no tempo. Assim se constituiu o espaço de atuação daqueles que tinham o papel de ensinar (FOUCAULT, 1998).

Os Gregos

Civilização que se constituiu historicamente como representante de um modelo de cultura passando a exercer influência nos tempos que se seguiram, considerados como um dos primeiros a refletir sobre educação como problema social (MONROE, 1976). A história da educação grega pode ser dividida em períodos conhecidos como antigo e novo, sendo que o antigo é dividido em Idade Homérica e Período Histórico e o novo é dividido em dois outros, sendo que o primeiro compreende a fase durante e após a Idade de Péricles e o segundo que se estende desde a conquista macedônica até a completa fusão da cultura grega com a vida romana (MONROE, 1976). Cada um dos referidos períodos possui suas particularidades, marcadas pelos mitos, verdades e ritos que constituíam as práticas de exercício de poder cotidiano. Procurando respeitar os objetivos desta escritura procuraremos não detalhar cada uma das referidas fases, mas apresentaremos marcas que possam auxiliar na nossa ação interpretativa.

O período homérico se caracteriza pela forma mítica de descrever a história. Sabemos que a constituição da explicação do mundo marca todo o cotidiano das ações humanas. A maneira que exercito o meu acreditar marcarão minhas formas de exercer meus valores, paixões e práticas

cotidianas de sobrevivência. A educação heróica destinava-se aos adolescentes aristocratas. A educação praticada pelos filhos dos detentores do poder econômico e político constituía o modelo de educação de verdade. O que se estudava, como se exercitava e quem dirigia o processo educativo possuía a credencial de saber verdadeiro.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 1999, p. 18).

Entre os filhos da aristocracia grega o discurso de verdade inicialmente valorizava uma vida heróica baseada em feitos míticos, alguns retratados na *Ilíada* e na *Odisséia* atribuídas ao rapsodo cego, Homero (GILES, 1987).

Podemos constatar que o ideal grego de formação humana está representado na *Paidéia* (JAEGER, 1989), mesmo que somente podemos considerar a utilização do referido termo a partir do século V a.C. Quando mencionamos a influência da educação grega na cultura ocidental percebemos que os ideais propalados de formação humanista estão associados a uma nascente pedagogia fundada “como saber autônomo, sistemático, rigoroso; nasce o pensamento da educação como episteme, e não mais como éthos e como práxis apenas”. (CAMBI, 1999, p. 87).

Os mesmos gregos que guiavam seus valores e tradições através de mitos, deuses antropomórficos e semideuses

passaram a questionar o que não poderia ser comprovado através da observação, não queriam se comprometer com o que estava patente de dúvida.

A palavra mito mudou de valor desde a época arcaica: quando um autor não assume mais a responsabilidade de uma narração e emprega um estilo indireto – “um mito diz que [...]” – ele não pretende mais tornar notória para todos uma informação que flutuava no ar: ele quer tirar o corpo da jogada e deixar cada um pensar o que quiser. (VEYNE, 1984, p. 64).

Progressivamente o culto e veneração aos inúmeros deuses foi cedendo espaço a filosofia.

Os deuses eram símbolos que progressivamente foram perdendo seu conteúdo religioso emocional, e chegaram a ser, até mesmo, objeto de ironia que se iniciaram em Aristófanes e culminaram em Luciano de Samótasa, no século II de nossa era. (LARROYO, 1982, p. 130).

A história da educação grega demonstra que o papel do professor era constituído inicialmente de mitos e ritos que representavam o status de alguém que possuía algo que instituía poder e prestígio. Sabemos que não eram todos os professores gregos que freqüentavam os espaços dos que possuíam o poder de mando e decisão. Havia os professores que praticamente viviam em miséria por não possuir o mínimo para manter sua sobrevivência. Os professores que dedicavam sua labuta a ensinar os primeiros rudimentos do ler, escrever e contar normalmente não eram possuidores de grande prestígio social (MANACORDA, 1995).

A sociedade grega convivia com o misto de prestígio e desdém pelos professores. O que podemos destacar é o valor dado ao conhecimento. A filosofia e as demais áreas originadas desta, representavam poder e prestígio para quem detinha e manipulava nas relações da trama cotidiana.

As universidades

Instituições representantes do culto e desenvolvimento do conhecimento humano. Sua história, arquitetura e mem-

bro representam a verdade a ser dita e propagada. O surgimento das instituições universitárias ocorre em um tempo, século XII, permeado de transformações no plano cultural (VERGER, 2001). Anterior as transformações que ocorrerão na Europa com o desenvolvimento urbano e o surgimento de novas necessidades, entre elas um conhecimento que não fosse somente teológico, as instituições educacionais eram poucas e quase que exclusivamente dirigidas pela igreja.

Na Alta Idade Média, efetivamente – talvez generalizando, ou seja, deixando de lado algumas personalidades excepcionais –, o homem erudito era simplesmente o vir litteratus, quer dizer, o homem que sabia ler e escrever em latim de maneira mais ou menos correta; aliás, por outro lado, havia nessa época uma identidade praticamente completa entre o grupo dos litterati e aquele dos clérigos e dos monges, sendo que podemos dizer que os leigos eram, por definição como ‘iletrados’ (mesmo que, na realidade, sempre existisse, pelo menos na aristocracia alguns laicos litterati e, ao contrário, inúmeros clérigos e monges ignorantes). (VERGER, 1999).

O processo de urbanização trouxe novas necessidades e aspirações.

A separação entre escola monástica, reservada aos futuros monges, e escola urbana, em princípio aberta a todos, sem exclusão dos estudantes que permanecerão leigos, é fundamental. (LE GOFF, 2003, p. 9).

O surgimento do comércio urbano, a necessidade de conhecer novas e diferentes áreas do saber que auxiliassem na administração do comércio e das cidades, fez surgir novas profissões.

A profissão de professor, aquele cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e de erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparece com as cidades. (LE GOFF, 2003, p. 30).

A profissão de professor surge com a necessidade específica de instruir, formar pessoas destinadas as exigências de um tempo particular. Igualmente instituições escolares, em especial as universidades, tomarão cami-

nhos distintos dos locais reconhecidos como escolares existentes anteriormente.

Importante destacar que não somente os filhos dos burgueses procuravam as universidades, pois o sistema universitário permitia não somente a entrada como constituía ferramenta de ascensão social a filhos de camponeses que conseguiam acesso nos espaços da nascente instituição (LE GOFF, 2003).

O século XII é marcado pelas corporações, instituições que protegem, punem, arregimentam e “engessam” idéias na perspectiva de se manter fortes, cientes de que esta força se constituía em não permitir a diferença e o questionamento. A universidade surge como corporação (LE GOFF, 2003). Os membros do seletivo quadro de professores das primeiras universidades passavam por rigorosos processos de exames. Não se poderia permitir que aqueles que representariam a fonte do conhecimento, gerador de poder e disputa, fosse ocupado por pessoas que não estivessem devidamente preparadas para a tarefa de ensinar. Precisamos compreender que todas estas preocupações estavam marcadas por jogos de interesse destinados a manter o controle do que e a quem se ensina.

Inicialmente as universidades estavam associadas a Igreja Católica. A escolha dos professores, dos conteúdos a serem ministrados e as decisões sobre a administração das instituições passava pelos mandos eclesiásticos. Não podemos negar que havia professores e alunos que questionavam a autoridade e ingerência da Igreja nos assuntos da universidade, mas estes inicialmente se faziam exceção.

Portanto percebemos que inicialmente as universidades representaram espaço de poder da Igreja, local da aprendizagem e culto do conhecimento, saber que se instituiu como verdadeiro e inicialmente inquestionável. Professores que eram formados, examinados e escolhidos com a intenção de representar as vontades de grupos particulares.

Conclusões

Difícil falarmos em conclusões quando o espaço é pequeno para exercitarmos nossas interpretações, podemos

incorrer no erro da superficialidade e sermos acusados de levianos, mas como nosso objetivo inicial era possibilitar reflexões sobre a atuação e formação de professores, acreditamos poder chegar a algumas idéias que ajudam a refletir sobre a profissão professor.

Nos períodos descritos nesta escritura percebemos que havia exercício da construção do mito professor. Profissional que representava aquele que tinha o conhecimento. Dependendo dos agrupamentos sociais aos quais sua atuação estava voltada, seu prestígio poderia possibilitar freqüência e influência na comunidade em que viviam. O saber transmitido pelos professores representava e era exercido como ferramenta de poder. Historicamente os exercícios da profissão professor estiveram permeados de mitos e ritos que referendavam o espaço daqueles que propagavam a verdade, espaço de saber/poder. Foram criadas instituições específicas para abrigar e propagar o que se acreditava ser a verdade. As universidades representavam inicialmente a união do poder pontifício com o conhecimento não teológico.

Procurando responder aos colegas professores que indagam sobre o status perdido, podemos afirmar que a nossa profissão, historicamente, em particular nos dois momentos descritos nesta escritura, estava permeada de mitos e ritos que instituíam um saber/poder a quem era escolhido e exercia a função de formação dos representantes dos grupos mais abastados. Acredito que esta afirmação pode ser o início de uma reflexão para melhor entender o que alguns chamam de "perda de um status na profissão professor".

Referências Bibliográficas

- BIERLEIN, J. F. *Mitos paralelos*. Tradução de Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GILES, Thomas Ransom. *História da educação*. São Paulo: EPU, 1987.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LARROYO, Francisco. *História geral da pedagogia*. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1996.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MONROE, Paul. *História da educação*. Tradução de Idel Becker. 11. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Tradução de Horácio González e Milton Meira Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

_____. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução de Carlota Boto. Bauru-SP: EDUSC, 1999.